

CUT**FUP**

JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXII | Nº 1376 | 01 a 16/10/2016

Privatização do PRÉ-SAL



Câmara aprova o PL 4567, que tira da Petrobrás o direito de ser operadora exclusiva nos blocos exploratórios do Pré-Sal

Oficialmente foi chamada de sessão, mas o conluio de deputados entreguistas que aprovaram o Projeto de Lei 4567/16, que retira da Petrobrás o direito de ser operadora exclusiva do Pré-Sal, mereceria um nome mais apropriado, tal como "ação de quadrilha" ou "crime de lesa-pátria". Em um futuro não muito distante, os livros de história certamente terão uma versão diferente da veiculada pela grande mídia sobre este triste episódio.

O texto aprovado pelos parlamentares na noite deste fatídico 05 de outubro altera a Lei 12.351/10, que institui o regime de partilha. A lei prevê, atualmente, a participação da Petrobrás em todos os consórcios de exploração de blocos licitados na área do pré-sal com um mínimo de 30% e na qualidade de operadora. O operador é o responsável pela condução da execução direta ou indireta de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações. Com a mudança, essa prioridade

da Petrobras se acaba e o Pré-Sal fica entregue às multinacionais do setor.

O PL 4567, de autoria do então senador e hoje ministro das Relações Exteriores José Serra (PSDB) foi aprovado com 292 votos a favor e 101 contrários. O interessante é que Serra, enquanto pré-candidato à Presidência, prometeu acabar com a Lei da Partilha. É isso que mostra telegrama diplomático dos EUA, de dezembro de 2009, obtido pelo site WikiLeaks. "Deixa esses caras [do PT]



Serra à Chevron:

"Deixa esses caras fazerem o que eles quiserem. As rodadas de licitações não vão acontecer, e aí nós vamos mostrar a todos que o modelo antigo funcionava... E nós mudaremos de volta".

fazerem o que eles quiserem. As rodadas de licitações não vão acontecer, e aí nós vamos mostrar a todos que o modelo antigo funcionava... E nós mudaremos de volta", disse Serra a Patricia Pradald, diretora de Desenvolvimento de Negócios e Relações com o Governo da petroleira norte-americana Chevron, segundo relato do telegrama.

A FUP considerou a decisão uma "fatura do golpe" articulado com os interesses dos setores empresariais e de mídia. "É um crime contra a soberania, o que aconteceu em Brasília é o primeiro passo para acabar com o regime de partilha, que conquistamos a duras penas para que o Estado pudesse utilizar os recursos do petróleo em benefício da população. Entregar o pré-sal às multinacionais significará menos recursos para a saúde e a educação e o fim da política de conteúdo nacional, que gera empregos, renda e tecnologia para o nosso país", diz a nota da Federação.

Continua na pág. 2



WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR

► Editorial

A saída passa pela greve geral

Desde a farsa do impeachment, sacramentado pelo Senado em 02 de setembro, o golpe se repete todo dia em formas de ataques contra direitos sociais e trabalhistas. Cassação sem crime de responsabilidade, como exige a Constituição Federal, mostrou que, para além de diversas explicações de todos os lados envolvidos, o que há de real nesse processo é que qualquer presidente eleito cujo partido não tenha, na mesma eleição, ao menos 1/3 dos votos na Câmara e no Senado, passa a ficar em uma posição de fragilidade, sujeito ao desbragado fisiologismo ou, se isso não for suficiente, dependendo das condições de temperatura e pressão, ao cutelo impiedoso do impeachment. Um sinal preocupante de como é disfuncional a democracia brasileira, que agora vive seu momento mais frágil nos seus poucos 31 anos de história.

Em discurso para empresários e investidores na sede da Sociedade Americana/Conselho das Américas (AS/COA) em Nova York, no dia 21 de setembro, o ilegítimo presidente Michel Temer deixou escapar um segredo: o impeachment de Dilma Rousseff ocorreu para implementar um plano de governo radicalmente diferente do que foi votado nas urnas em 2014, quando o PT ganhou a presidência pela quarta vez, e não por irregularidades praticadas pela ex-presidente. Uma confissão do golpe.

O plano é a tal "Ponta para o futuro", que discorre sobre desvinculação dos recursos da saúde e da educação, desindexação dos benefícios e do salário mínimo, aumento da idade para a aposentadoria, parcerias com o setor privado, abertura comercial e a privatização de tudo que for possível. Um documento recheado de eufemismos neoliberais para o que poderia ser simplesmente chamado de venda do patrimônio nacional e retirada do maior número possível de direitos da população.

Com essa sanha frenética por colocar em prática os devaneios liberais, o governo comete trapalhadas em série. Várias foram as tentativas de atacar direitos, como o SUS, a CLT e a educação. Contudo, o governo desconversa e volta atrás diante das reações da sociedade. Postura típica de um governo ilegítimo e despreparado, cujas ambições são grandes demais para o que é apenas um mandato tampão.

Neste cenário político desastroso, por enquanto a maior vítima tem sido a Petrobrás, que está em processo de desmanche nas mãos de Pedro Parente. O fatiamento da estatal é modo silencioso encontrado para privatizá-la aos poucos. Como parte do plano de privatização está a redução drástica dos custos a força de trabalho, afinal quanto menos gastos com empregados, mais fácil de vender. A proposta de aditivo ao ACT 2015/2017 deixa isso bem claro: reajuste salarial anual abaixo da variação da inflação, corte de pagamentos de horas extras e diminuição de jornadas e salários. E ainda tem a redução de aproximadamente 16 mil postos de trabalhos via PIDV.

Ainda no setor petróleo, Temer e Serra pagam parte da fatura do golpe com a entrega do Pré-Sal às empresas estrangeiras com a aprovação do PL 4567. Outra parte desta conta foi liquidada com a PEC 241, que congela por 20 anos os investimentos em áreas cruciais para o povo brasileiro, como saúde e educação públicas.

O momento é crônico e exige uma mobilização unitária da sociedade. A única boa notícia é que as mobilizações de 22 de setembro foram um esquentar para a greve geral e mostraram que há clima para isso na classe trabalhadora.

► Lesa-Pátria

Sessão tumultuada aprovou a entrega do Pré-Sal

A sessão que aprovou o PL 4567/2016 teve vários momentos de tensão, a começar pelo índice insuficiente de deputados no início do trabalho, o que levou líderes governistas a praticamente implorarem para que as bancadas comparecessem ao plenário. E demonstrou fragilidade por parte da base aliada do governo, inclusive por parte do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Maia, além de ter recuado várias vezes durante questões de ordem e pedidos de verificação regimental, restringiu a participação dos petroleiros nas galerias da Casa ao limite de 50 pessoas.

Durante a longa e tumultuada sessão, deputados da oposição vestiram casacos de petroleiros para defender o Pré-Sal e foram chamados de "ladrões" por parlamentares governistas. Uma contradição irônica e trágica, pois os que xingavam eram aqueles que saqueavam o país ao entregar nossas riquezas com interesses no mínimo obscuros.

Apesar da derrota, o coor-



Sessão do PL 4567: esforço para entregar o Pré-Sal às multinacionais

denador geral da FUP, Zé Maria afirma que a batalha continua. A Federação e seus sindicatos continuarão defen-

dendo a soberania nacional e resistindo ao desmonte da Petrobrás e do regime de partilha.

A triste nova realidade da Petrobrás no Pré-Sal

Conforme o texto aprovado, caberá ao Ministério de Minas e Energia propor ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a indicação da Petrobras como operadora do bloco no patamar mínimo de 30% – ou seja, a decisão deixar de ser uma determinação legal do Estado e passa a ser opção de governo. Se o conselho assim decidir, oferecerá à estatal a condição de operadora no regime de partilha de um determinado bloco. A empresa terá 30 dias para se manifestar sobre o direito de preferência em cada um dos blocos ofertados e, com base na resposta, o CNPE proporá a participação, com previsão no edital do leilão.

► Geopolítica do petróleo

O exemplo nórdico e a opção entreguista fracassada

Até a década de 70, a Noruega era o segundo país mais pobre da Europa. Descobriu grandes reservas de petróleo no Mar do Norte, administrou como bem público da nação e se tornou o país mais desenvolvido do mundo, com o melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) nos últimos cinco anos. O país nórdico ainda conta com uma reserva de cerca de 9 bilhões de barris e um Fundo Soberano de 900 bilhões de Euros para que as gerações futuras também sejam beneficiadas pelos recursos do petróleo e, assim, manter a qualidade de vida da sua população.



Sede da estatal norueguesa: outra política para o petróleo

Por outro lado, os países que entregaram suas reservas de petróleo para as multinacionais estão na miséria, tais como Gabão, Nigéria, Angola e Iraque. O governo brasileiro optou pelo fracasso. Os nórdicos aproveitam a falta de inteligência dos entreguistas brasileiros. A estatal norue-

guesa Statoil arrematou a mega-reserva de Carcará e deve aproveitar as próximas ofertas dos nefastos governistas tupiniquins. Afinal de contas, em Carcará o barril de petróleo de 159 litros saiu pelo preço de uma lata de refrigerante de 350ml.

► **Greve na SIX**

Um movimento de resistência contra o autoritarismo

Trabalhadores fazem a maior greve da história da unidade em protesto contra redução da jornada do turno

A greve na Usina do Xisto, em São Mateus do Sul, é o mais longo movimento paralisista já realizado na Unidade e também entre as bases da Petrobrás no Paraná e Santa Catarina. Serão ao menos 51 dias de paralisação contínua, já que no dia 11 de outubro está marcada a continuação da audiência de conciliação no Tribunal Regional do Traba-

lho do Paraná (TRT-PR), iniciada no dia 05/10, na qual se construiu uma proposta de acordo para resolver o impasse e encerrar a greve.

A greve na SIX foi iniciada no dia 1º de setembro em função da imposição por parte da empresa de uma nova tabela de turno que reduz a jornada de trabalho de oito para seis horas, em descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Tal medida diminui o número de folgas dos empregados e provoca prejuízos monetários.

A proposta de acordo foi referendada pela desembargadora que conduziu a audiência, Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu, vice-presidente do TRT-PR, e pelo representante do Ministério

Público do Trabalho, Luís Carlos Córdova Burigo, em acertada ação conciliadora.

O acordo prevê que seja mantido o regime de turno ininterrupto de trabalho com jornada de oito horas e cinco grupos de revezamento. Para a adequação e cumprimento do interstício de 11 horas em seguida às folgas, os dias em que configurar a supressão/redução de intervalo deverão ter uma redefinição da relação trabalho e folgas na tabela de turno, de modo a identificar os dias destinados aos interstícios.

Como sugestão de tabela que o Sindicato considera mais próxima ao ideal, foi indicado o modelo adotado pela Fafen-PR (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados do Paraná), que traz jornada de oito horas e acarretaria redução considerável do número de dias em que haveria supressão de intervalo interjornada. Mesmo nestes casos poderia haver negociação de forma a não onerar a empresa com o pagamento de horas-extras.

A proposta de acordo ainda prevê que os dias de greve não sejam descontados dos salários e que a empresa não adote medidas que configurem retaliação aos trabalhadores que aderiram ao movimento.



Trabalhadores mostram disposição de luta e não abrem mão do regime de 8h

liação aos trabalhadores que aderiram ao movimento.

A greve continua pelo menos até a data da continuação da audiência no TRT-PR, quando os representantes da Petrobrás devem apresentar a

resposta da direção executiva da empresa. Seja qual for o resultado, continuação ou não do movimento, a greve dos petroleiros da Usina do Xisto já é vitoriosa pela coragem e resistência dos que aderiram.



Trabalhadores da SIX acompanharam a audiência no TRT

► **Mobilização**

Operação 'Para, Pedro!' é preparação para a greve na Petrobrás

Petroleiros querem impedir o desmonte da Petrobrás que está em andamento na gestão de Pedro Parente

A Petrobrás, sob a gestão de Pedro Parente, nomeado pelo governo ilegítimo de Michel Temer, acelerou seu desmanche via privatizações fatiadas. Já foram vendidos US\$ 4,6 bilhões em ativos de patrimô-

nio e a mais recente operação foi a privatização da malha de gasodutos do Sudeste, comercializado ao consórcio liderado pela canadense Brookfield por US\$ 5,19 bilhões.

Outra notícia que soa como bomba foi o anúncio do novo plano de negócios da gestão de Pedro que corta em 25% os investimentos nos próximos anos e amplia ainda mais o programa de desinvestimentos, com previsão de vendas de US\$ 19,5 bilhões entre 2017 e 2018.

Apenas um dia após a abertura do pré-sal, Parente anunciou que está em negociação com a Karoon Gas Australia para a venda de participação nos campos de Baúna e Tartaruga Verde, nas bacias de Santos e de Campos; segundo a estatal, a potencial transação envolveria a venda de 100% de Baúna, e de 50% de Tartaruga Verde, ambos no pós-sal; negociação faz parte do plano 2015-16 de desinvestimentos da petroleira.

Se Pedro acha que acabar

com a Petrobras vai ser tarefa fácil, está muito enganado! A Petrobrás sobreviveu ao suicídio de seu criador, a dois golpes de estado e quase duas décadas de neoliberalismo eleito democraticamente.

As assembleias da categoria aprovaram a "Operação Para Pedro". É o início da construção de outra greve nacional, que exigirá novas estratégias de mobilização da categoria. Por isso, é fundamental o engajamento total nessa operação, onde exige-se o cum-

primento rigoroso de todos os itens de segurança operacional e denúncia de quem descumprir ou assediar os trabalhadores.

Com a adesão de quase 20 mil petroleiros nos dois últimos PIDVs e a saída desses trabalhadores sem reposição das vagas, a categoria está ainda mais exposta a acidentes. A "Operação Para Pedro", mais do que uma mobilização, é uma necessidade de preservação da vida. E se Pedro não parar, para o Brasil!

Redução do turno: quando menos é mais

A redução da jornada do turno ininterrupto de trabalho de oito para seis horas implica no aumento dos dias trabalhados no mês e, conseqüentemente, diminui o número de folgas. A mesma carga horária mensal representa 18 dias de trabalho e 12 de folga no turno de oito horas; já na tabela de seis horas seriam 24 dias de trabalho para apenas 6 de folga. Além disso, os petroleiros teriam uma redução salarial aproximada de 20% em decorrência da perda do adicional de HRA (Hora Repouso e Alimentação).

Sociedade

Privatizações não têm respaldo da população

Pesquisa mostra que Michel Temer e Pedro Parente desmancham a Petrobras contra a vontade do povo

Michel Temer e Pedro Parente, mercadores da Petrobrás, das empresas estatais e do patrimônio do povo brasileiro, não estão nem aí para o que o povo pensa. É o que comprova a pesquisa feita pelo Instituto Paraná Pesquisas sobre as privatizações.

Segundo o levantamento, 60,6% são contra à venda das empresas estatais. Outros 33,5% declararam ser favoráveis às privatizações, e 5,9% não sabem ou não opinaram. A pesquisa ouviu 2.020 pessoas com idade superior aos 16 anos, de 158 municípios brasileiros, entre os dias 20 e 23 de julho. A margem de erro é de 2%.

O Instituto ainda fez perguntas específicas sobre as maiores estatais: Petrobrás, Banco do Brasil, Correios e Caixa Econômica Federal. No caso da petrolífera, 63,3% são contrários à privatização. Em relação aos Correios, 62,4%. O índice chega a 67,5% quando os entrevistados respondem sobre o Banco do Brasil e a Caixa.

Privatização às escuras

Apesar de o presidente da Petrobrás nomeado por Temer, Pedro Parente, ter declarado no início de junho que não existe plano para a privatização, está em andamento um processo de desmanche da empresa. Já foram vendidos ativos da estatal na Argentina, Colômbia e Chile, 49% das ações da Gaspetro, a megare-



serva de petróleo de Carcará, na área do pré-sal com pelo menos 700 milhões de barris e agora toda a faixa de gasodutos da região sudoeste.

Além disso, foi anunciada a venda da Liquigas, que detém 22% do mercado de GLP no país. Para piorar, Parente revelou à revista Brasil Energia que a Petrobrás deve incluir em seu plano de desinvestimento as refinarias mais antigas, organizadas em pools regionais. “A modalidade de venda ainda está sendo discutida e estruturada, mas uma das propostas colocadas na mesa é a venda de participações das unidades industriais e dutos que compõem os seus sistemas logísticos. Um dos modelos em avaliação contemplaria pelo menos dois pacotes distintos, um envolvendo a Regap (MG) e a Reduc (RJ) e outro a Repar (PR) e a Refap (RS)”, destaca a revista.

“A estratégia de Parente é a mesma que foi utilizada por FHC. Quebrar a integração do Sistema, vendendo a empresa aos pedaços. Eles sabem que o anúncio de uma venda integral da Petrobrás causaria revolta e dificilmente obteriam sucesso. Como mercadores e entreguistas que são, tentam uma privatização às escuras, sem muito alarde na sociedade”, afirmou Mário Dal Zot, presidente do Sindipetro PR e SC.

Medicamentos

Benefício Farmácia: aposentados e pensionistas podem solicitar reembolso

Todos os beneficiários titulares da AMS podem enviar as solicitações de reembolso de medicamentos comprados a partir de 01/09/2016.

Os pedidos devem ser feitos exclusivamente por meio do Botão Compartilhado, no endereço:

<http://servicoscompartilhados.petrobras.com.br>. Para usar a ferramenta é necessário criar uma senha extranet no primeiro acesso.

Os empregados também podem fazer suas solicitações de reembolso utilizando o Botão Compartilhado, no endereço <http://compartilhado.petrobras.com.br/> (ambiente interno).

Critérios de cobertura e medicamentos cobertos

Os critérios de cobertura e a lista de documentos para solicitação de reembolso permanecem os mesmos e estão disponíveis no site da AMS: ams.petrobras.com.br – Programas Complementares - Benefício Farmácia.

Para a retomada do reembolso do programa Benefício Farmácia foram realizadas auditorias em todas as fases do processo, inclusive a revisão das medicações cobertas. Em alinhamento com o ACT, foram mantidas apenas as medicações que atualmente possuem registro ativo na ANVISA. A lista de medicamentos cobertos está disponível no site da AMS (ams.petrobras.com.br – Busca Medicamentos) ou no próprio Botão Compartilhado.

Desconto da participação

Em função da disponibilização do reembolso, os descontos mensais serão retomados a partir da folha de outubro, quando serão descontadas as participações relativas aos meses de setembro e outubro.

Delivery

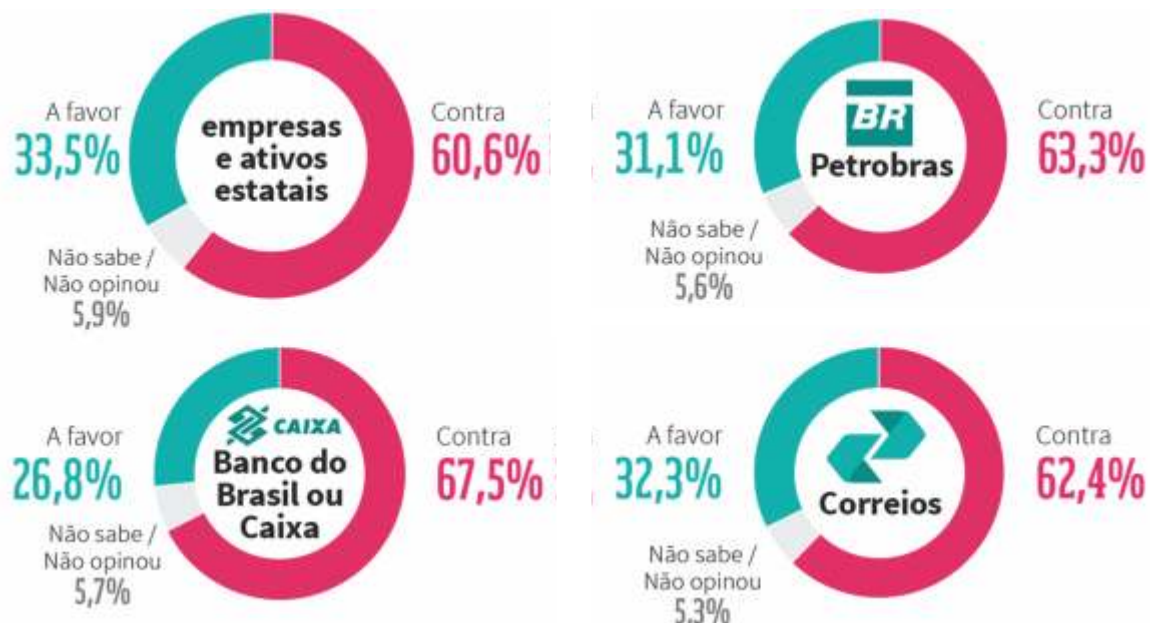
Será mantido o processo atual de delivery. As solicitações de medicamentos oncológicos ou de alto custo (com valor unitário a partir de R\$ 300,00) devem ser enviadas para a chave BNF00 ou e-mail deliverybf@petrobras.com.br, acompanhadas das respectivas documentações. A lista de documentos está disponível no site da AMS: ams.petrobras.com.br – Programas Complementares Benefício Farmácia – Entrega em domicílio (delivery).

Reembolso de compras entre 15/09/2015 e 31/8/2016
A companhia está elaborando um cronograma para recebimento dos pedidos de reembolso de compras realizadas entre 15/09/2015 e 31/8/2016. Segundo a AMS, informações detalhadas serão divulgadas em breve.

Informações

Em caso de problemas com acesso ao Botão Compartilhado, entre em contato com (21) 3224-0881. Dúvidas sobre o Benefício Farmácia ou sobre como solicitar reembolso podem ser esclarecidas no Call Center da AMS (0800 2872267).

Você é a favor das privatizações?


JORNAL DO SINDIPETRO EXPEDIENTE

O Jornal do Sindipetro é o órgão oficial de comunicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Refinação, Destilação, Exploração e Produção de Petróleo nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Com Sede em Curitiba, na rua Lamenha Lins, 2064, CEP 80220-080. Tel/Fax.: (41) 3332-4554. Regional São Mateus do Sul: rua Paulino Vaz da Silva, 535, CEP 83900-000. Tel/Fax.: (42) 3532-1442 - e-mail: saomateus@sindipetroprsc.org.br. Regional Paranaguá: rua Odilon Mader, 480, bairro Estradinha, CEP 83206-080. Tel/Fax.: (41) 3424-0255 - e-mail: paranagua@sindipetroprsc.org.br. Regional Joinville-SC: rua Ely Soares, 127, sala 2, bairro Floresta, CEP 89211-715 Tel.: (47) 3025-4014 - e-mail: joinville@sindipetroprsc.org.br.
 Jornalista Responsável: Davi S. Macedo (MTb 5462 SRTE/PR)
 Impressão: WL Impressões | Tiragem: 2,5 mil exemplares | Distribuição gratuita e dirigida
 Diretoria: Adenilson de Paiva Domingues, Adriano Norberto Flores, Adriano Savitras, Aires Josiel Warnik da Portuincula, Alexandre Guilherme Jorge, Anacélie de Assis Azevedo, André Luis dos Santos, Anselmo Ernesto Ruoso Junior, Antonio Carlos da Silva, Celso José Cordeiro, Claudiney Batista, Cleverton Rafael Fabricio Padilha, Dagoberto Schiffer Hertzog, Debora Thamm Alves, Evaldo Lamin Filho (in memoriam), Faissal Bark, Fernando Antonio de Melo, Fernando José Vieira, Jessé Souza de Melo, Jordano Marcio Zanarti, José Sultowski, Leomar Setti, Luciano Zanetti, Luiz Antonio dos Santos, Manoel Mendes, Marcio Ricardo Marinho, Maria de Lourdes Lozano Granero e Silva, Mario Alberto Dal Zot, Michael Bertier, Miguel Saif, Natálio Laurindo Roncada, Orlson Lopes, Rafael Palenske Andrade, Rodrigo Carneiro Pellegrini, Rodrigo Midiero Mansor, Roni Anderson Barbosa, Rosane Carvalho Dias, Rui Dalcion Rocha Rossetim, Silvaney Bernardi, Tiago Scmidt Olivetti, Uriel de Oliveira, Valton Witikowski.